

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.343 - SP (2019/0173680-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : A G C (PRESO)
ADVOGADO : ADRIANO LOPES ALBINO - SP338518
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por A G C, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o recorrente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 240 §2º. inciso III, 241-A, caput, e 241-B, todos da Lei nº 8.069/90, bem como pela prática dos crimes capitulados nos artigos 213 § Iº e 217-A, caput, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem pleiteando a revogação da prisão preventiva. A ordem foi denegada em v. acórdão ementado nos seguintes termos:

Habeas Corpus Arts. 240, § 2º, inciso III, 241-A, caput, e 241-B, todos da Lei nº 8.069/90, e artigos 213, § Iº, e 217-A, ambos do Código Penal.

Presença dos requisitos da custódia cautelar - R. Decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva que se encontra devidamente fundamentada - Manutenção da segregação cautelar igualmente bem motivada - Custódia cautelar que se faz necessária. Ausência de afronta ao princípio da presunção de inocência - Estado que detém os meios cabíveis para a manutenção da ordem pública, ainda que em detrimento da liberdade do cidadão, nos casos em que tal medida se mostrar necessária - Inviabilidade da aplicação de medidas cautelares alternativas, por insuficiência, inadequação e desproporcionalidade aos fatos tratados nos autos principais. Não cabimento, nos estreitos limites desse writ, da análise do mérito das acusações feitas ao Paciente, seja quanto a classificação jurídica dos fatos que lhe são imputados, seja quanto a quaisquer outras matérias, que se reservam para a

Superior Tribunal de Justiça

devida apreciação do Juízo competente para o julgamento da ação ou para análise de eventual recurso de apelação.
Ordem denegada.

Daí o presente recurso ordinário, no qual alega a defesa do recorrente, em síntese, a ausência de fundamentação idônea da decisão que decretou a segregação cautelar, bem como ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Aduz que: *"Apesar da falta do provas, o MM. Juiz de Direito decidiu pelo retomo dos autos ao Distrito Policial de origem pelo prazo de 30 (trinta) dias (fls. 65). mantendo o Recorrente preso injustamente"* (fl. 123).

Sustenta, ainda, ausência de materialidade e indícios do crime.

Pondera a possibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Sem pedido de liminar.

Juntada de procuração à fl. 176.

O Ministério Público Federal, às fls. 164-169, manifestou pela **desprovemento do recurso**, em parecer assim ementado:

"EMENTA: PENAL e PROCESSUAL PENAL. ROC em habeas corpus. Pornografia infantil, estupro e estupro de vulnerável.

Arts. 240 § 2º, DL 241-A, caput, e 241-B, todos do ECA, Arts. 213 § 1º e 217-A, caput, ambos do CP. Prisão preventiva. Gravidade concreta dos fatos e periculosidade do agente, evidenciada pelo modus operandi. Fundamentação idônea. Não provimento do recurso ordinário" (fl. 164).

É o relatório.

Decido.

O recurso ordinário está **prejudicado**.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, em consulta ao sítio do Tribunal de origem, (www.tjsp.jus.br), constatei que foi proferida sentença condenatória, em 19/08/2019, pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da comarca de Piracicaba/SP, processo n. 1527418-14.2018.8.26.0451. Na ocasião, o MM. Magistrado acrescentou novos fundamentos para manter a prisão preventiva em seu desfavor, conforme se infere, *in verbis*:

"Ante o exposto JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação e CONDENO o réu A. G.C.[...] a uma pena de sessenta e quatro anos, onze meses e vinte e seis dias de reclusão, mais o pagamento de vinte e cinco dias multa, como incurso, por duas vezes, em concurso material, no artigo 217-A, c.c. o artigo 226, II, na forma do artigo 71, todos do Código Penal, no artigo 240, § 2º, inciso II e no art. 241-B, caput, todos da Lei 8.069/1990. Por outro lado ABSOLVO o réu quanto à acusação de cometimento do crime previsto pelo artigo 241-A da Lei 8069/90, o que faço com base no artigo 386, VII, do C.P.P. Inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ou a suspensão condicional de seu cumprimento. O réu, diante da pena aplicada e da sua reincidência, iniciará o cumprimento de sua pena em regime fechado. Respondeu ao processo preso e, porque tão logo se viu em liberdade, voltou à prática do mesmo crime, revelando sua incompatibilidade com a vida em sociedade, não poderá recorrer em liberdade" (grifei).

Portanto, conforme o entendimento sedimentado por esta Corte, o presente feito encontra-se prejudicado, uma vez que se insurge contra decreto prisional que não mais subsiste devido à superveniência de novo título prisional com novos fundamentos.

A **propósito**, os seguintes precedentes desta Corte sobre o tema:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVOS FUNDAMENTOS A EMBASAR A CUSTÓDIA. WRIT PREJUDICADO. APELAÇÃO DEFENSIVA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A superveniência de sentença penal condenatória, na qual se nega ao Acusado o direito de recorrer em liberdade, com novos fundamentos para justificar a prisão preventiva conduz à prejudicialidade da ação constitucional de habeas corpus ou do recurso em habeas corpus dirigidos contra

Superior Tribunal de Justiça

decisão antecedente de constrição cautelar. 2. Além disso, é possível a execução provisória da pena após a confirmação da sentença condenatória pelo Tribunal de origem quando exaurida a jurisdição ordinária.

3. Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 461.932/SP, **Sexta turma**, Rel^a. Min^a. **Laurita Vaz**, DJe de 19/08/2019, grifei).

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. NULIDADE. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. INOCORRÊNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. INTELIGÊNCIA DO ART. 563 DO CPP. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. PEDIDO PREJUDICADO. SUPERVENIÊNCIA DA PRONÚNCIA. NOVO TÍTULO COM NOVOS FUNDAMENTOS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, nos termos do entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento do writ, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - "A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo", segundo disposição da Súmula 455/STJ.

III - No caso, as decisões das instâncias ordinárias não estão fundamentadas somente no mero decurso do tempo, mas também na ausência de comprovação de qualquer prejuízo para o paciente, na medida em que a audiência foi acompanhada pela Defesa Técnica que na ocasião, inclusive, sequer se manifestou sobre a questão. Não há que se falar, pois, em violação ao enunciado n. 455, da Súmula do STJ. Precedentes.

IV - Ademais, extrai-se das razões expendidas pelo eg. Tribunal de origem que os fatos ocorreram há quase 19 (dezenove) anos, e que o ora paciente permaneceu foragido por dezoito anos. Outrossim, há que se destacar que a informação prestada pelo irmão do paciente de que este compareceria espontaneamente à audiência de instrução, estando ciente da data de sua realização, porém tomou rumo ignorado, o que obstou sua localização para que fosse interrogado, tudo a dificultar a instrução criminal.

Superior Tribunal de Justiça

V - A jurisprudência desta Corte de Justiça há muito se firmou no sentido de que a declaração de nulidade exige a comprovação de prejuízo, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, consagrado no art. 563 do CPP, o que não ocorreu na hipótese. Precedentes.

VI - Pleito de revogação da prisão preventiva ante a alegada ausência de fundamentação do decreto prisional prejudicado pela superveniência da sentença de pronúncia, que constitui novo título, com novos fundamentos para a prisão preventiva, os quais não foram impugnados na presente impetração, tampouco analisados pelo eg. Tribunal de origem.

Habeas corpus não conhecido" (HC 495.012/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro Felix Fischer, DJe 25/06/2019, grifei).

Em tal contexto, verifico que o recurso perdeu objeto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XI, do RISTJ, julgo **prejudicado** o presente recurso ordinário.

P. e I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator